





### Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto  
Burkert Del Pino  
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise  
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise  
Marcos Bussolleti  
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira  
Hypolito  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Luciano  
Volcan Agostini  
Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff  
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz  
Osório Rocha dos Santos  
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira  
Wotter  
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger  
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers  
Acunha  
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus  
Mandagará Martins

#### CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo  
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.  
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana  
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.  
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba  
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.  
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia  
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

#### INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

#### NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Veronica Medeiros dos Santos

**HISTÓRIA EM REVISTA** – Publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPEL)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof.ª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)  
Prof.ª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)  
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFP)  
Prof.ª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)  
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos  
Aires).  
Prof. Tommaso Deti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

#### Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

#### Impresso no Brasil

Edição: 2015/2016

ISSN – 1516-2095

#### Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de Ciências  
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.  
v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas:  
Editora da UFPel, 2015/2016.  
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de Ciências  
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat  
Online Computer Library Center

PEDE-SE PERMUTA  
WE ASK FOR EXCHANGE

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: [ndh.ufpel@gmail.com](mailto:ndh.ufpel@gmail.com)

\* Obra editada e publicada em dezembro de 2017

volume

21

dezembro 2016  
ISSN 1516-3635

volume

22

dezembro 2016  
ISSN 1516-3635

ICH - UFPE

OPINIÃO PÚBLICA JK PORTO MST GRANDE HOTEL  
REVOLTA DOS MARINHEIROS BUENOS AIRES  
AMÉRICA LATINA JORNAL DO BRASIL  
RIO GRANDE SÃO LOURENÇO MUCKERS DO SUL  
RAÇA TRABALHO PIRATINI  
PARTEIRAS DIÁRIO POPULAR MULHERES ANTIGONA  
CATIVOS SANTA MARIA IMPRENSA  
PELOTAS DIREITO HISTÓRIA ORAL



**H**istória em revista

revista do núcleo de documentação histórica



## OS HOMENS LETRADOS: O UNIVERSO DO BACHARELISMO POLÍTICO E A FAMÍLIA EM PELOTAS NO SÉCULO XIX: 1850 – 1870

THE LITERATI MEN: THE UNIVERSE OF BACHARELISMO POLITICAL AND FAMILY IN  
PELOTAS IN THE CENTURY XIX: 1850 – 1870

Leonardo Poltozi Maia<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Nosso objetivo no presente trabalho é elucidar questões acerca da carreira profissional dos bacharéis em Direito e a entrada na vida política, no sentido de averiguar se isso seria advindo de uma estratégia familiar ou de interesse individual destes que ao entrar na vida política, viam ali uma alternativa rentável e de prestígio que sua profissão dificilmente lhe traria diante de um cenário pouco propício de atuação profissional nos meados do século XIX. Para tanto, selecionamos bacharéis em Direito nascidos ou que exerciam a vivência jurídica e/ou política no município de Pelotas, para fazermos algumas discussões acerca da entrada na esfera política daqueles homens e a influencia familiar para a carreira política.

**Palavras-chave:** História do Direito; Pelotas; Bacharéis em Direito.

---

Em qualquer guerra, revolução ou conflitos, quase sempre é valorizada a figura do militar, porém, os agentes intelectuais por vezes são esquecidos nos bastidores das grandes mudanças. Por isso, a relevância de observar o campo da intelectualidade, principalmente em um cenário de transição no século XIX. Quando pensamos “transição”, nos referimos à ideia de um momento onde as bases coloniais estavam sendo desmanchadas, ao passo que o cenário brasileiro da década de 20 dos oitocentos começara a se estruturar como construção do Estado-Nação. Eventos assim, nos abrem possibilidades como historiadores, de perceber alguns aspectos, como do caso brasileiro, da construção do aparato burocrático, através da justiça. Como os processos de independência das colônias Hispano-portuguesas. O Estado brasileiro constituiu um “[...] projeto consistiu na criação de um aparelho estatal brasileiro adequado às necessidades institucionais da nova sociedade que

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria – UFSM . Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH. Área de concentração História, Cultura e Poder. Linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade. Bolsista FAPERGS/CAPES. Leonardo.pmaia@hotmail.com. Orientador André Átila Fertig Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Professor do PPGH Universidade Federal de Santa Maria, UFSM.

estava começando a sair do status colonial.” (URICOECHA, 1977, p. 85).

José Reinaldo de Lima Lopes (2012) ressalta a importância do estudo do Direito na construção do Estado brasileiro: “Creio que não é exagerado dizer que a justiça é realmente a primeira burocracia moderna no Brasil, embora escolas de direito só venham a existir depois de 1827.” (LOPES, 2012, p. 320). Já Lília Moritz Schwarcz (1998) apresenta a valorização dos bacharéis durante o Segundo Reinado, no sentido que “[...] aos poucos transformou-se em um termo que carregava, além de uma qualificação, um capital simbólico fundamental. Na prática o bacharel era alguém com diploma em direito.” (SCHWARCZ, 1998, p. 167).

Os homens das letras no Brasil do século XIX ajudaram a criar a República. Em um momento que se entrelaçavam “pena” e “espada”. Estes homens participaram das principais mudanças estruturais oitocentista no Brasil, buscaram em um ambiente intelectual as bases que, combinado ao descontentamento das elites nacionais, foram fundamentais “[...] para a emancipação da Colônia. Após a elaboração das instituições formais do novo governo e o primeiro passo nesse sentido foi a reunião da Assembléia Constituinte, já em maio de 1823.” (MARTINS, 2007, p.68).

Pelotas foi selecionada por ser uma dos municípios mais ricos da Província naquele período, muito pela presença pecuarista e charqueadora que Vargas (2013) salientou em sua tese de doutorado, “*Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*”. Estudando o município de Pelotas, Vargas (2013) apresenta um panorama que em parte, devido ao declínio dos Açorianos “[...] a hegemonia dos pecuaristas e charqueadores consolidou-se de vez. Neste contexto, os empresários pelotenses constituíram-se nos principais produtores de alimentos do sul do Império.” (VARGAS, 2013, p. 21).

Mapa 1 – localização de pelotas: século XIX



Fonte: BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. In: *Journal of Historical Geography*, 19, 4 (1993), p. 400. In: VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)** – Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013. p. 19.

A estrutura provincial era organizada diante um Conselho Geral da Província, que fora criado pela Constituição Imperial de 1824. A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul funcionou neste sistema entre 29 de novembro de 1828 e 28 de fevereiro de 1834. No ano de 1834 esta estrutura foi mudada. No dia da aprovação do Ato Adicional, o Conselho Geral da Província foi substituído pela Assembléia Legislativa Provincial. Era composta por 28 representantes, elevando-se tal número para 30 a partir de 1855 e até o final do Império.

Em consequência da Revolução Farroupilha, suas atividades foram interrompidas de 1838 a 1845. Entre 1835 e 1889, em 35 legislaturas, muitos cidadãos naturais de Pelotas ou que lá residiram elegeram-se deputados à Assembléia Legislativa da Província de São Pedro. Dois deputados pelotenses exerceram o elevado número de 21 mandatos provinciais: Israel Rodrigues Barcellos e Joaquim José Afonso Alves, que foi presidente do Espírito Santo.<sup>2</sup> Apresentaremos as carreiras jurídicas e políticas dos mesmos.

## Dr. Israel Rodrigues Barcellos

*Aos vinte e seis de dezembro, oitocentos e dezessete anos nesta Matriz de São Francisco de Paula de Pelotas, batizei solenemente Israel, branco, nascido a onze de setembro, filho legítimo de Boaventura Rodrigues Barcellos, natural de Viamão e Cecília Rodrigues da Silva, natural da freguesia de São Pedro do Rio Grande, neto paterno de Antonio Rodrigues Barcellos, natural da Ilha do Pico e de Rosa Perpetua de Jesus, natural da Ilha terceira e materno de Bartholomen Rodrigues da Silva, natural da Colônia do Sacramento e de Ana Bernarda, natural de Viamão. Foram padrinhos Israel Soares de Paiva e Dona Maria Antonia Gomes. Para constar mandei fazer este assunto que assinei.*

O vigário Exellentíssimo Francisco FlorÊNCIADOR Rocha.<sup>3</sup>

A certidão de batismo do futuro Dr. Israel Rodrigues Barcellos marca o começo da grande história que esse personagem teria na vida política da cidade de Pelotas e na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; este que exerceu por vários anos o cargo de Deputado Provincial e também chegou ao cargo de Presidente de Província.

O ano de 1814 foi o início do negócio de charqueadas para seu pai Boaventura Rodrigues Barcellos e seus tios Bernardino, Inácio, Cipriano. (MENEGAT, 2008, p. 3) A família Barcellos fora uma família de políticos. De todos os irmãos, Boaventura Rodrigues Barcellos foi o que acumulou maior patrimônio. Ao fim da vida, era comendador, havia contraído matrimônio duas vezes e o montante de seu inventário estava avaliado em 182:617\$178 réis. Boaventura Rodrigues Barcellos foi proprietário de duas charqueadas lindeiras à margem direito do Arroio Pelotas. (ABUCHAIM; SANTOS, 2015, p. 53). Além de charqueador e pecuarista, compôs a Câmara da Vila por pelo menos cinco legislaturas. (MENEGAT, 2008, p. 3). No que tange a seu posicionamento político, durante a Revolução Farroupilha, mesmo ficando ao lado dos Imperiais socorreu muitos

<sup>2</sup> Jornal Diário Popular 05/08/2007. Pelotas. <http://www.vivaucharque.com.br/ocharque/informacoes>. Acessado em 22 março de 2015.

<sup>3</sup> MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livro de batismo nº 1A da Igreja Matriz São Francisco de Paula. fl. 81v.

farrapos, como Domingos José de Almeida e o próprio Bento Gonçalves. (MENEGAT, 2008, p. 4). A boa relação com Domingos José de Almeida pode ter sido motivada, devido este ter casado com a sobrinha de Boaventura Rodrigues Barcellos, Bernardina Rodrigues de Lima. (ABUCHAIM; SANTOS, 2015, p. 67).

Domingos José de Almeida, que em sua volta ao cenário político da Cidade de Pelotas, antes de se lançar candidato a qualquer cargo, optou por defender determinados concorrentes. Assim o faz quando da eleição para Deputado Geral, defendendo o primo de Bernardina e seu advogado Dr. Israel Rodrigues Barcellos. (MENEGAT, 2009, p. 165-166).

A mãe de Israel, Cecília Rodrigues Barcelos, faleceu em Pelotas em doze de outubro de 1821. Por ocasião de seu inventário, havia no terreno uma casa de moradia, com cozinha; uma casa de sobrado; um galpão de charquear, todos cobertos de telha, e mais um armazém, uma casa de carretas e uma casa de graxeira. Na charqueada, viviam 127 escravos. (ABUCHAIM; SANTOS, 2015, p. 55).

O pai de Israel casou pela segunda vez em abril de 1822 em Pelotas com Silvana Eulália de Azevedo e Souza, tendo mais dez filhos. Um desses meios-irmãos, decorrentes do segundo casamento do pai de Israel, também formou-se em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Esse meio-irmão era Sebastião Rodrigues Barcellos, nascido em 1837 no Rio de Janeiro, falecendo em 1869 (ABUCHAIM; SANTOS, 2015, p. 79). A vida jurídica e política de Sebastião não foi muito diferente do seu meio-irmão Israel. Sebastião graduou-se em Direito ano de 1861, exerceu entre os anos de 1862 a 1865 o cargo de Promotor Público Pelotas, e no ano de 1865 de Promotor Público Rio Grande<sup>4</sup>; bem como seu irmão Israel, também fora Deputado Provincial. (RODRIGUES, 2013, p.9).

Quando o pai de Israel Rodrigues Barcellos acabou falecendo em 1856, em seu inventário mencionou que no terreno da charqueada existia uma casa de sobrado que servia de moradia, uma casa utilizada com graxeira, com cilindros, três tinas, uma das quais servia para derreter o sebo, e duas para ossos, duas caldeiras grandes para apurar a graxa e todos os demais utensílios da mesma graxeira; dois galpões de charquear: um com tafona e dois armazéns para sal; outro maior, que compreendia senzala, armazém, cocheira, estrebaria e diversos quartos; uma casa grande destinada a salgar couros, e, uma mangueira com seu brete e cancha, além de uma ferraria e uma estrebaria. (ABUCHAIM; SANTOS, 2015, p. 55).

Israel Rodrigues Barcellos casou em dezoito de Janeiro de 1840 com Maria Josefa da Silva Freire, nascida em cinco de março de 1815 e natural de Porto Alegre. Josefa faleceu em seis de outubro de 1890 em Porto Alegre. Israel teve seis filhos:

---

<sup>4</sup> AHGRS. Fundo Justiça.



Boaventura, Rafaela, Eulália, Israel, Maria Josefa, Cecília e Rita Paulina (ABUCHAIM; SANTOS, 2015, p. 77). Cabe constar a relação de parentesco da esposa de Israel, a qual era sobrinha de Rafael Pinto Bandeira, Rafael Pinto Bandeira, herói das Guerras do Sul, Governador da Praça de Rio Grande do Sul, Brigadeiro Comandante da Legião Ligeira de Rio Grande do Sul em 1789. (PORTO ALEGRE, 1917, p. 7)



**Figura 1: Israel Rodrigues Barcelos**

**FONTE:** FRANCO, Sérgio da Costa. **A Assembléia Legislativa Provincial: crônica histórica.** Porto Alegre: CORAG, 2004. p. 71.

Para Franco (2000), verifica-se uma quase unanimidade na orientação política dos parlamentares, apenas quebrada por eventuais contestações do deputado Israel Rodrigues Barcelos, nessa época declaradamente liberal. Mais adiante, o mesmo Israel Rodrigues Barcelos se converteria num líder do Partido Conservador. (FRANCO, 2004, p. 21)

Na legislatura de 1848/1849, Israel Rodrigues Barcelos teve desentendimentos com o ex-farrapo e ex-ministro da República Rio-Grandense, Ulhoa Cintra, quando este ocupou uma cadeira de deputado, entre ele e algumas

discussões. Aqui o farrapo se tornou aderente do Partido Conservador, “saquarema” declarado, e Barcelos, que fora contra os farroupilhas, era acusado de “provincialista” e hostil aos políticos nascidos fora do Rio Grande, como era o caso do mineiro Ulhoa Cintra. (FRANCO, 2004, p. 22). Porém, Graham (1997) atenta que neste período os partidos políticos não eram projetos ideológicos, mas sim calcados nos interesses pessoais de cada indivíduo. O “[...] “partido” significava apenas uma afiliação de deputados, e não um compromisso duradouro com um programa ou uma política” (FRANCO, 2004, p. 22)

O caso de Israel Rodrigues Barcellos pode ser bastante exemplar neste quesito. Israel Rodrigues Barcellos nas primeiras eleições para Deputado Geral disputadas após o fim da Revolução Farroupilha, fora defendida por Domingos José de Almeida. Neste momento ainda se encontrava próximo aos liberais, porém nos anos seguintes passaria ao lado dos conservadores. Não podemos determinar os motivos das mudanças de seu posicionamento. Porém, sua mudança de posicionamento político não ocasionou numa quebra de confiança nas suas relações, visto que continuou exercendo cargos políticos “[...] garantindo que Israel Rodrigues Barcellos atingisse a extraordinária marca de vinte e um mandatos como Deputado Provincial, além de Deputado Geral (1848/1849-1861/1864) e Vice-presidente da província”. (MENEGAT, 2009, p. 174).

Mesmo diante de todas as mudanças de posicionamento político de Israel Rodrigues Barcellos, isso não pareceu impactar negativamente sua rede de relações políticas e, da família Rodrigues Barcellos, cujo estava totalmente inserida naquele campo de poder local. “Ao contrário, a complementou ampliando a atuação desta rede junto aos conservadores, antes bastante bem representada pelo pai de Israel, Boaventura Rodrigues Barcellos”. (MENEGAT, 2009, p. 175).

A figura do pai de Israel Rodrigues Barcellos era muito representativa para aquela família, visto que quando este passou a “[...] se retirar da vida política que Israel passou ao lado dos conservadores, o que pode indicar também a aspiração de partilhar da herança política”. (MENEGAT, 2009, p. 175). Diante deste cenário podemos concluir que os Rodrigues Barcellos foram um exemplo planejamento de inserção política através do uso do diploma em Direito.

### **Dr. Joaquim José Affonso Alves**

Apresentaremos como foi a carreira política de Joaquim José Affonso Alves, para demonstrar a rotatividade de cargos deste bacharel e político, já que Brasil a circulação era geográfica e por cargos, a *elite* circulava pelo país e por postos no judiciário, no Legislativo, no Executivo. A circulação geográfica era parte essencial

da carreira de magistrados e militares. Como a magistratura ligava-se estreitamente à elite, o fato tinha clara conotação política. Essa conotação era ainda mais nítida na circulação geográfica exigida dos presidentes de província. Vários políticos nacionais foram nomeados presidentes de província com o objetivo explícito de lhes permitir ganhar experiência. (CARVALHO, 1980, p. 121). Joaquim José Affonso Alves de família porto-alegrense, nasceu no Rio de Janeiro em viagem em 1815, mas tendo fixado residência, constituído família, estabelecer carreira política, jurídica e vindo a falecer em Pelotas é considerado pelotense. Filho de Domingos José Afonso Alves e Inácia Rodrigues do Vale, formou-se em bacharel em Direito na turma de 1837 na faculdade de São Paulo, tendo um grande carreira política, chegando ao posto de presidência de Província, Joaquim José Affonso Alves faleceu em 10 de outubro de 1899 na cidade de Pelotas. (FRANCO, 2004, p. 126)



**Figura 2 – Joaquim José Affonso Alves**

**FONTE:** Centro de Documentação de Obras Valiosas (CDOV) de Pelotas– Arquivo Histórico JJAA-01 - Fundo Joaquim Affonso Alves.

A carreira jurídica e política de Joaquim José Affonso Alves foi o exemplo do perfil de bacharel formado em Direito que transitou em números cargos políticos e jurídicos. Além disso, a carreira de Joaquim José Affonso Alves é uma amostra de que carreira política dos jovens bacharéis em direito frequentemente iniciava no cargo de juiz municipal para almejar postos políticos. O cargo de Juiz Municipal era importante no sentido que: “Esse cargo era a “ante-sala” na qual era posta à prova sua fidelidade. Para os bacharéis cujas famílias não possuíam influência suficiente para ingressá-los. diretamente na política, a magistratura era uma alternativa para o início da carreira”. (KOERNER, 1998, p. 46).

A estrutura de comarcas foi criada em 1832, com o Código de Processo Criminal. A partir 1833 a Província foi dividida em cinco Comarcas: Missões, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. “Na divisão implementada pelo Código de 1832, Pelotas passou a ser Termo da Comarca do Rio Grande, pois ainda não congregava condições para ser sede de comarca, haja vista que, somente em 1830, fora elevada à vila.” (JESUS, 2003)

Joaquim José Affonso Alves começou sua carreira como oficial de gabinete do Presidente da Província de São Paulo, Brigadeiro Bernardo Pinto Xavier Peixoto em o ano de 1838, logo após a sua formatura na Faculdade de Direito de São Paulo, servindo depois como Secretario.

Foi eleito Juiz de Paz na cidade de Porto Alegre para o quadriênio de 1841/1844, cargo não remunerado e cujas funções naquele tempo eram muito importantes. Foi Inspetor e organizador das Alfandegas de Rio Grande e São José do Norte em o ano de 1842. Em 4 de Agosto de 1845 foi nomeado, pelo presidente desta Província, o então Conde Caxias, segundo suplente do Juiz de Direito da Comarca de Rio Grande. Em 15 de Setembro de 1848 foi nomeado pelo Tenente General Francisco J. Soares de Andréa, presidente da Província, suplente do Juiz Municipal. Foi eleito pela primeira vez Deputado Provincial em o ano de 1848, sendo reeleito por dezenas de anos. Foi Deputado Geral pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

De 1848 a 1852 foi Presidente da Câmara Municipal desta cidade e vereador de 1857 a 1861. A sua Presidência nesta corporação e sob sua administração foi construído o atual mercado público no ano de 1848. Foi o principal fundador do Asilo de Órfãos de Nossa Senhora da Conceição no ano de 1855, tendo sido o seu Presidente por muitos anos. Foi um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia e por proposta sua, quando na presidência da Câmara Municipal, desistiu de criar um cemitério, dando autorização aquela benemérita instituição de fundar e explorar, aplicando o regulamento do cemitério de Porto Alegre.

Em 16 de Março de 1850 foi nomeado pelo General acima, suplente de

Delegado de Polícia. Em 3 de Junho de 1856 foi nomeado pelo Presidente desta Província Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, suplente do Juiz Municipal. 12 de Dezembro de 1857 foi nomeado pelo presidente da Província, Brigadeiro Angelo Muniz da Silva Ferraz, para fazer parte da comissão que deveria escolher o local para a fundação de uma Colônia, neste Município, fazendo parte da mesma os Drs. João Jacintho de Mendonça, Miguel Rodrigues Barcellos e o Snr. José Ignacio da Cunha. Elegeu-se Deputado Provincial no ano de 1858.

Segundo suplente do Juiz Municipal e de Órfãos por nomeação do Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, Presidente da Província, em 8 de Outubro de 1860. Nomeado pelo Presidente acima, por título de 9 de Agosto de 1861, suplente do Delegado de Polícia deste termo. Nomeado Promotor Publico, desta Comarca, em 7 de Abril de 1865, entrou em exercício em virtude de ter obtido licença o promotor efetivo Dr. Sebastião Rodrigues Barcellos. Foi um dos fundadores da Biblioteca Publica Pelotense em 1875.<sup>5</sup>

No ano de 1884 foi Presidente da Província do Espírito Santo de 17 de janeiro de 1884 até 17 de abril do mesmo ano<sup>6</sup>. Deputado Provincial nos anos de 1885 até 1886. Joaquim José Affonso Alves faleceu em Pelotas em 10/8/1899. (FRANCO, 2004, p. 127).

Joaquim José Affonso Alves e Israel Rodrigues Barcellos são dois exemplos de bacharéis em Direito que aventuraram-se no mundo da política e conseguiram certa ascensão em suas carreiras. Nosso objetivo neste trabalho foi apresentar um pouco de como funcionava a entrada dos bacharéis no campo político. No que tange ao diploma de bacharel, é nítido que o título vai se tornando cada vez mais importante naquele cenário, e isso muitas vezes era um projeto familiar de inserção no mundo político; na medida em que, ao tempo que iam formando-se bacharéis, aqueles agentes entravam no mundo jurídico e posteriormente na carreira política muitas vezes de forma natural.

---

<sup>5</sup> Centro de Documentação de Obras Valiosas (CDOV) de Pelotas– Arquivo Histórico JJAA-01 - Fundo Joaquim Affonso Alves.

<sup>6</sup> Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império. In *Hemeroteca Digital*. 1884.

**Referências Bibliográficas**

ABUCHAIM, Vera Rheingantz Abuchaim, SANTOS Maria Roselaine da Cunha (Orgs): **Portugueses insulares e suas descendências no sítio charqueador Pelotense**. Pelotas, 2015. Cadernos do IHGPEL.

ADORNO, Sérgio. **O aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra: 1988.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro -RJ. 2005.

ARAÚJO, José Francelino. **A Escola do Recife no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Sagra – D.C. Luzzatto. 1996.

IHGPEL, **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1853-1860)**. / Organização Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e Bibliotheca Pública Pelotense; notas de Eduardo Arriada. – Pelotas: Ideograf, 2014.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BOBBIO, Norberto, 1909. **Dicionário de política I**. 1. ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição. pp. 65-69.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias econômico-políticas sobre a administração do Brasil**. São Leopoldo, RS, Editora Unisinos, 2004.

CODA, Alexandra. **A atuação do juiz de paz na esfera criminal porto alegre (1827-1841)**. In: *X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional*. Santa Maria, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os eleitos da Justiça: a atuação dos juizes de paz em Porto Alegre (1827-1841)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre – RS. 2012.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro, Record, 1999.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado).

FLORY, Thomas. **El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871**. Control Social y Estabilidad Política en el Nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económico, 1986.

FORTES, Amir Borges; WAGNER, João Batista. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo: 1963.

FRANCA, Geminiano da. **O poder Judiciário no Brasil**. Rio de Janeiro. Typografia do Jornal do Commercio. 1931.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889) crônica histórica / Sérgio da Costa Franco**. Porto Alegre : CORAG, 2004.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das Leis Civis**. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

GAUER. Ruth Maria Chittó. **A modernidade Portuguesa e a Reforma Palombina de 1772**. Edí PUC/RS Editora. Porto Alegre 1996.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2005.

HEINZ, Flávio (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

\_\_\_\_\_. Considerações acerca de uma história das elites. **Revista Logos** (ULBRA). Canoas: v. 11, nº 01, maio, p. 41-52, 1998.

**HESPANHA, Antonio Manoel.** A História do Direito na História Social. Lisboa: Ed. Livros Horizonte: 1978.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

JULLIARD, Jacques. “**A Política**”. In: Le Goff, J. e Nora, P. (orgs.). História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Ed Francisco Alves, 1995, p. 180-181.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na Constituição da República brasileira**. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP. 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAGALHÃES, Mario Osório. **História e Tradições da cidade de Pelotas**. Pelotas. 3ª edição, revista e ampliada. Editora Armazém Literário, 1999

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MENEGAT, Carla. **Considerações acerca da análise de rede social de um casal da elite do charque: Vila de São Francisco de Paula de Pelotas, 1824-1835. IX Encontro Estadual de História - Seção RS - Vestígios do Passado: a história e suas fontes. UFRGS.2008.**

\_\_\_\_\_. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2009. (Dissertação de Mestrado)

NAQUETE, Lenine. **O poder judiciário no Brasil: crônica dos tempos coloniais**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2000.

\_\_\_\_\_. **O poder judiciário no Brasil a partir da independência**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2000.

NOGUEIRA, Almeida. **A Academia de S. Paulo: Tradições e Reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas**. Lisboa: Typografia A editora. São Paulo, 1908.



**O PODER Judiciário no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado, 1974.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **A construção da ordem fronteiriça: Grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867).** 2012. 416f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

PESAVENTO, Sandra. **História Cultural:** São Paulo. Autentica. 2004.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política.** 2ª ed. Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHWARCZ Lilia Moritz. **As barbas do imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos — São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Espetáculo das Raças:** Cientistas, Instituições e Questão Social no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMÕES, Teotonio. **Os bacharéis na Política.** (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo - USP. São Paulo - SP. 1983.

SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. **A disputa pelo monopólio de uma força (i) legítima:** Estado e Administração Judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871). Tese de Doutorado em História – Fac. De História, PUCRS. Porto Alegre, 2009.

TAPAJÓS, Vicente. **Organização política e administrativa do império.** Cood. De Vicente Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público - FUNCEP, 1984.

TORRES, João Camillo de Oliveira. **A democracia Coroada: Teoria Política do Império do Brasil.** 2ª ed. . Petrópolis: Editora Vozes Limitada: 1964.

URICOECHEA, Fernando. **A formação do estado brasileiro no século XIX.** Dados, Rio de Janeiro, 1977.

VAMPRÉ, Spancer. **Memórias para a história da academia de São Paulo.** Volume I, São Paulo: Saraiva e cia editores: 1924.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)** – Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

\_\_\_\_\_. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889).** 2007. 276f. Dissertação

(Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VELLASCO, Ivan de A. **As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19.** Bauru/São Paulo: EDUSC/.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil: 5ª Edição.** Rio de Janeiro, 2009

---

**Abstract:** The aim of this work is to elucidate questions about the professional careers of graduates in Law and entry into political life , to see if that would be arising from a family strategy or individual interest of those who upon entering the political life there saw one profitable and prestigious alternative to his profession hardly bring him before an unfavorable scenario of professional performance in the mid-nineteenth century . To this end , we selected graduates in Law born or exercising legal experience and / or policy in the municipality of Pelotas, to make some discussions about entering the political sphere and the influence of those men familiar to political career.

**Keywords:** History of Law; Pelotas ; Bachelors in Law.

---